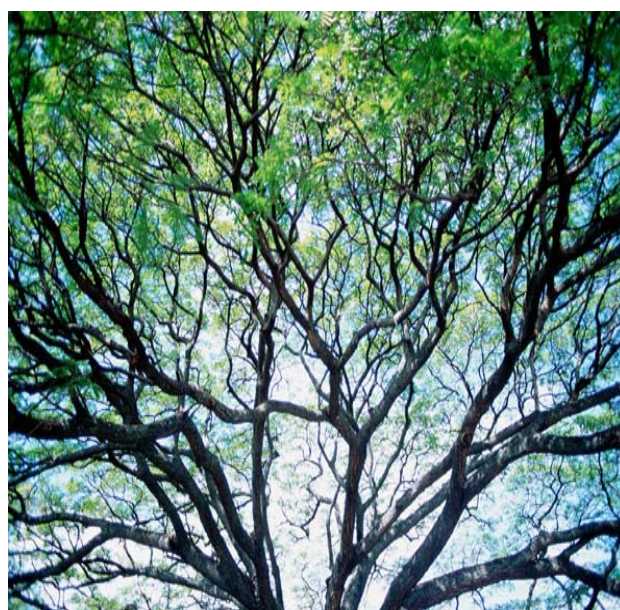
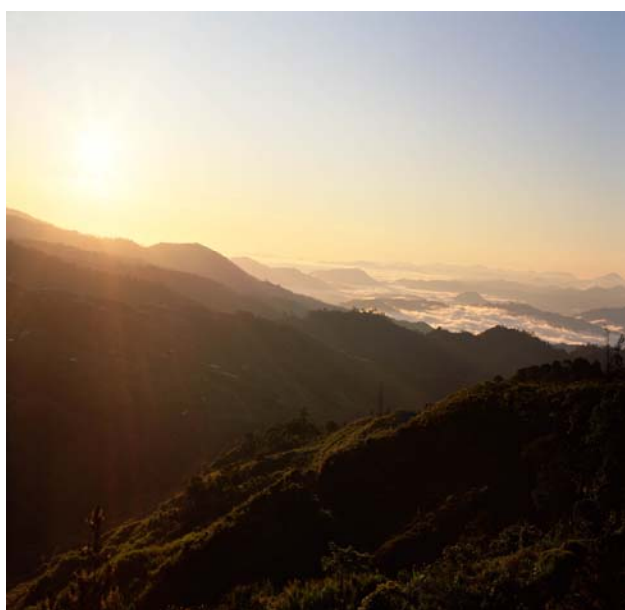


TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP  
SÃO PAULO, 23 DE FEVEREIRO DE 2007

Resultados trimestrais 2006  
Janeiro – Dezembro



# TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP

São Paulo, 23 de Fevereiro de 2007

Resultados trimestrais 2006  
Janeiro – Dezembro

## ÍNDICE

<b>APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>2</b>
<b>DESTAQUES DOS RESULTADOS</b>	<b>2</b>
<b>DESTAQUES DAS RECEITAS</b>	<b>6</b>
<b>DESTAQUES DOS GASTOS OPERACIONAIS</b>	<b>9</b>
<b>OUTROS DESTAQUES</b>	<b>12</b>
<b>EVENTOS SOCIETÁRIOS</b>	<b>14</b>
<b>DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>17</b>
<b>NOTAS ADICIONAIS</b>	<b>20</b>
<b>RESUMO HISTÓRICO</b>	<b>22</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>24</b>
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b>	<b>25</b>
<b>DADOS OPERACIONAIS</b>	<b>26</b>
<b>TARIFAS</b>	<b>27</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS</b>	<b>28</b>

## APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006 e 2005 foram elaboradas com as práticas adotadas no Brasil e adaptadas às Deliberações CVM nº 488 e 489/2005 que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2006. As informações anuais incluem os saldos e transações das controladas A.Telecom S.A. e Telefônica Empresas S.A., consolidadas integralmente, e das controladas em conjunto Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, consolidadas proporcionalmente, de acordo com as regras estabelecidas pela instrução CVM 247/96. Em virtude da reestruturação societária entre a Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) e a Telesp, efetivada em 28 de julho de 2006, os resultados consolidados da Sociedade contemplam os resultados da controlada Telefônica Empresas S.A. a partir de agosto de 2006. Os saldos patrimoniais foram consolidados integralmente em 31 de dezembro de 2006. As informações comparativas de 31 de dezembro de 2005 apresentadas neste documento não contemplam a aplicação retroativa dessa operação.

### DESTAQUES DOS RESULTADOS

Dados consolidados não auditados (Milhões de reais)	Janeiro - Dezembro		
	2006	2005	% Var
Receita operacional líquida <sup>1/</sup>	14.643,0	14.395,1	1,7
EBITDA <sup>2/</sup>	6.907,7	6.552,3	5,4
Margem EBITDA (%)	47,2%	45,5%	1,7 p.p.
Resultado operacional	3.120,6	2.395,5	30,3
Resultado antes dos impostos e participações	3.144,3	2.433,3	29,2
Resultado líquido	2.816,2	2.541,9	10,8
Ações em circulação (milhões)	506,2	493,6	2,6
LPA	5,56	5,15	8,0
Linhas instaladas comutadas (000)	14.418,6	14.319,6	0,7
Linhas em serviço (000)	12.113,0	12.347,0	(1,9)
Densidade telefônica (por 100 habit.)	29,9%	30,9%	(1,0) p.p.
Linhas em serviço/empregado <sup>3/</sup>	1.670	1.744	(4,3)
Digitalização da rede (%)	100,0	100,0	0,0 p.p.

1/ A Receita Op.Bruta até dez/06 foi de R \$20.796,8 milhões e até dez/05 foi de R \$20.350,9 milhões. As deduções, que incluem ICMS, PIS, COFINS, ISS, IPI e descontos concedidos foram de R \$6.153,7 milhões até dez/06 e de R \$5.955,8 milhões até dez/05.

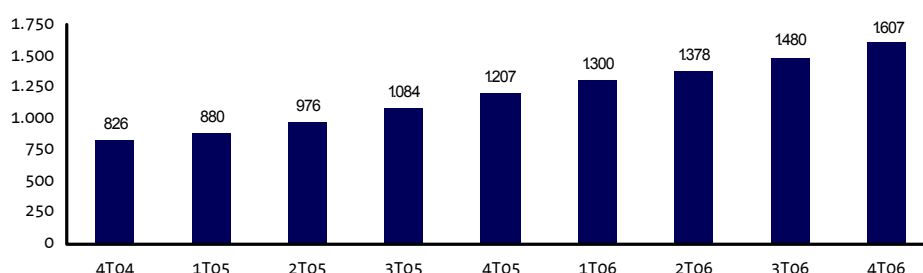
2/ Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA.

3/ Para o cálculo deste índice, LIS considera linhas fixas em serviço mais linhas ADSL.

**ADSL** é oferecido com a marca “Speedy” e atingiu 1.606.685 clientes em dezembro de 2006, apresentando um incremento de 8,6% em relação ao 3T06. Em relação a dezembro de 2005, o crescimento foi de 400 mil acessos ou 33,1%, em linha com o ritmo de crescimento dos últimos trimestres. Os investimentos em banda larga através da linha telefônica são prioritários desde seu lançamento em 2001 e reforçam o compromisso da Telesp com seus clientes em ampliar a oferta e qualidade de seus produtos e serviços, permitindo um atendimento cada vez melhor e tornando-se cada vez mais competitiva.

#### EVOLUÇÃO DOS CLIENTES

(Milhares)

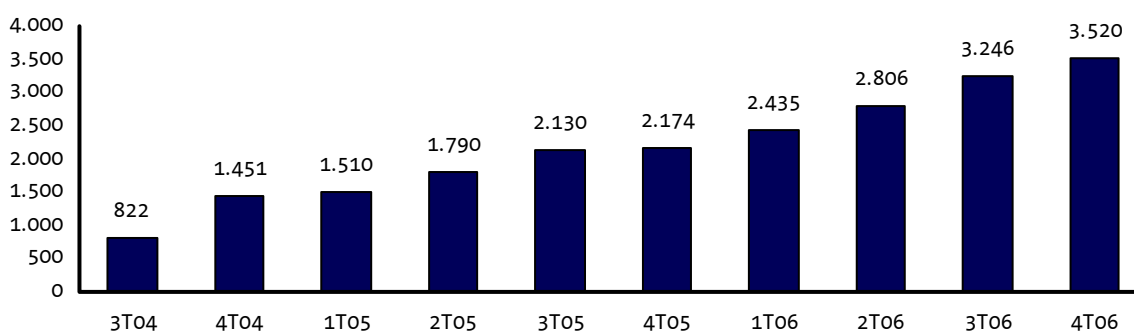


**Planos alternativos de telefonia fixa** – Os planos alternativos de telefonia fixa rentabilizam a capacidade instalada da Telesp, fidelizam o cliente e atendem cada vez melhor os diferentes segmentos do mercado com opções mais adequadas para acesso ao telefone fixo. Isto reflete o compromisso da Telesp com a universalização dos serviços de telecomunicações no Estado de São Paulo, superior às exigências regulatórias e à socialização do acesso à comunicação e informação.

Vale destacar o sucesso dos Planos de Minutos, que proporcionam descontos progressivos em relação ao volume de minutos contratados. Existem versões para chamadas fixo-fixo, fixo-móvel e para chamadas de longa distância intra-estadual. Até o final de 2006 foram comercializados mais de 1,7 milhões de planos de minutos, sendo 609,4 mil somente no último trimestre.

#### EVOLUÇÃO DAS LINHAS EM SERVIÇO COM PLANOS ALTERNATIVOS DE TELEFONIA FIXA

(Milhares de linhas)

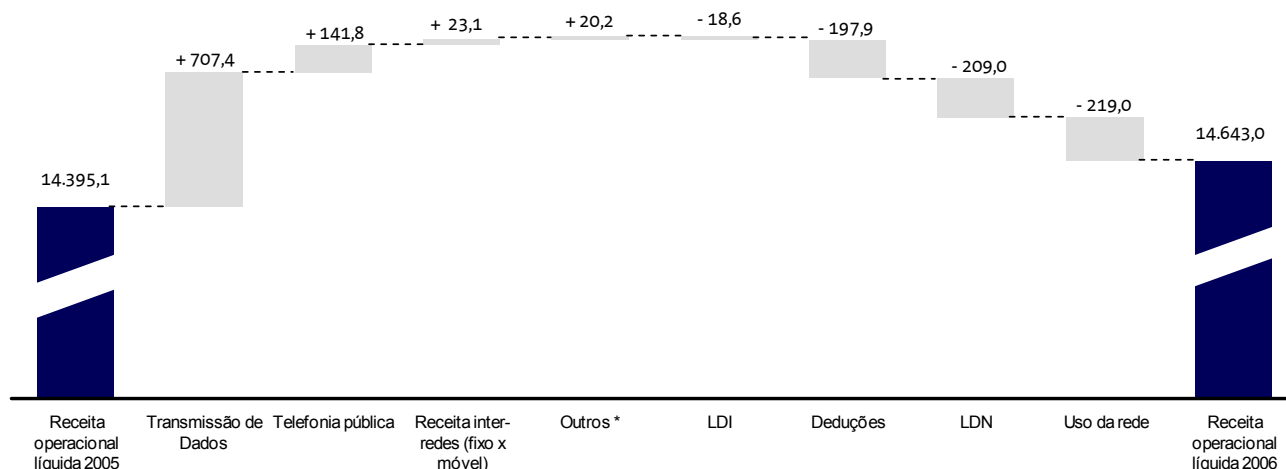


A **receita operacional líquida** acumulada até dezembro de 2006 foi de R\$14.643,0 milhões, que comparada à receita apurada no mesmo período do ano anterior de R\$14.395,1 milhões, apresentou um aumento de R\$247,9 milhões ou 1,7%, justificado principalmente pelo crescimento do serviço Speedy, da comunicação de dados por pacote e do número de planos alternativos. Este efeito foi parcialmente contrabalançado pela queda na receita de uso de rede, devido às novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006 onde a TU-RL estava limitada a 50% do valor da tarifa de público do minuto local, o que significa uma queda de 22,3% em relação à tarifa praticada em dez/2005, ao reajuste negativo de 13,3% na TU-RL ocorrido em junho/05, pela queda na receita de LD inter-área de concessão e Internacional, além dos realinhamentos tarifários negativos ocorridos em 2006. Quando comparamos o 4T06 com o 4T05, observamos um aumento de R\$10,3 milhões ou 0,3%, devido aos mesmos motivos citados acima.

A **Margem EBITDA** de 2006 foi de 47,2%, apresentando um crescimento de 1,7 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuiu para isto a reversão da contingência do PIS/COFINS no valor de R\$257,6 milhões ocorrida no 3T06, o crescimento do serviço Speedy, da comunicação de dados por pacote e de telefonia pública, contrabalançados parcialmente pela queda nas receitas de LD inter-área de concessão e Internacional e de uso de rede, além do aumento dos gastos com pessoal e com tributos. Quando comparamos o 4T06 com o 4T05, observa-se uma redução de 1,3p.p., chegando-se a uma margem de 43,5%. Contribuiu para esta redução a queda nas receitas de uso de rede, LDN e LDI, além de maiores gastos com pessoal e com tributos, contrabalançado parcialmente pelo crescimento do serviço Speedy, da comunicação de dados por pacote e pelo aumento nos serviços prestados pela subsidiária A. Telecom.

## FONTES DE VARIAÇÃO NA EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE 2005 PARA 2006

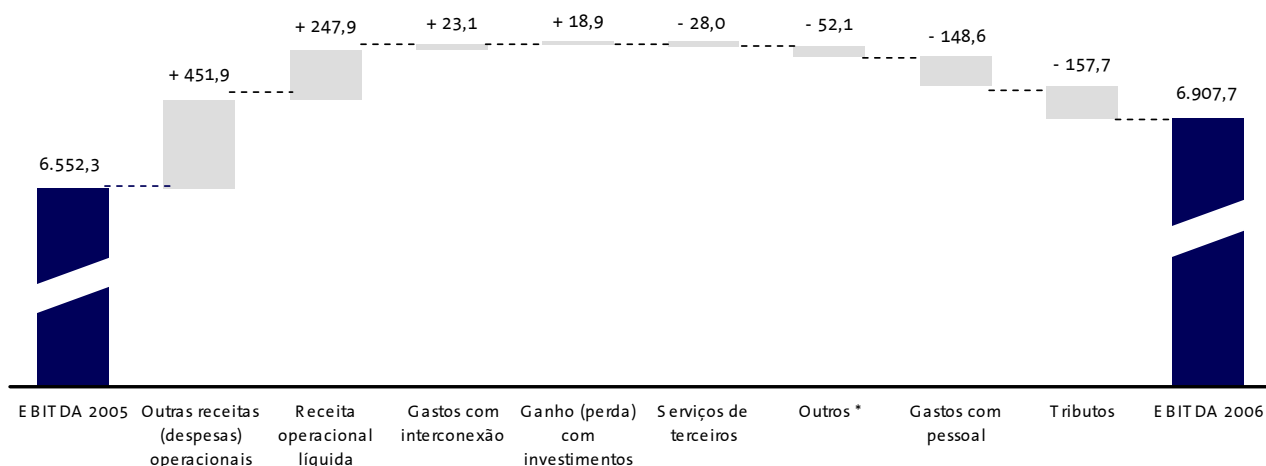
Dados não auditados (R\$ Milhões)



\* Serviço local, assinatura, habilitação, cessão de meios e outros.

## FONTES DE VARIAÇÃO NA EVOLUÇÃO DO EBITDA DE 2005 PARA 2006

Dados não auditados (R\$ Milhões)

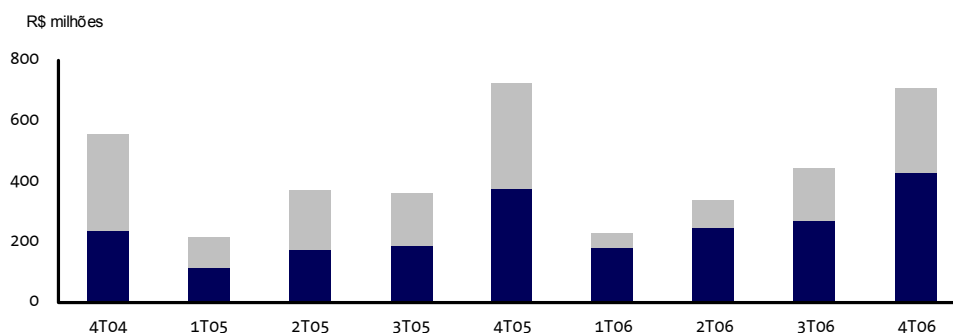


\* Materiais, provisões e outros.

O **Capex** consolidado de 2006 foi de R\$1,7 bilhão. Este número está em linha com as necessidades da empresa e confirma o compromisso do Grupo Telefônica no Brasil com vistas ao longo prazo, tanto na manutenção e socialização dos serviços tradicionais como de crescimento nos novos serviços e o maior e melhor atendimento aos seus clientes.

## E VOLUÇÃO DO INVESTIMENTO

■ Investimento Tradicional ■ Novos Serviços/Banda Larga



O **endividamento líquido da empresa** em 31 de dezembro de 2006 era de R\$2.441,4 milhões, 9,6% maior que em 31 de dezembro de 2005. Em 30 de setembro de 2006 o endividamento da empresa era de R\$1.546,2 milhões. O perfil de endividamento da Telesp é otimizado em função das alternativas e condições de financiamentos disponíveis no mercado financeiro e da situação econômico-financeira da empresa a cada momento.

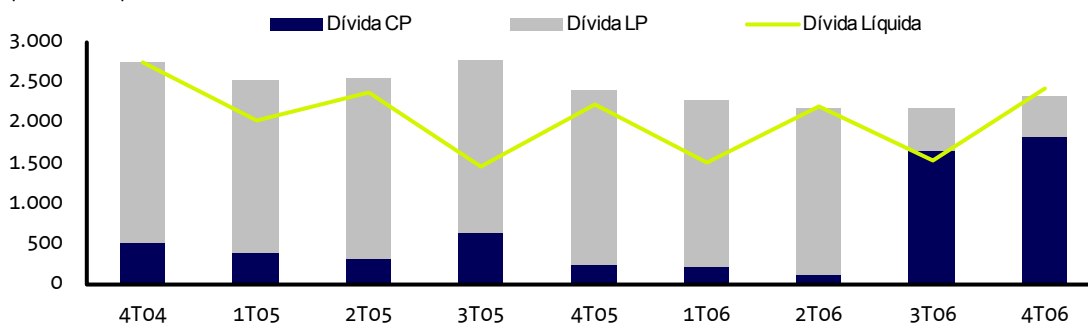
## DÍVIDA LÍQUIDA FINANCEIRA

(R\$ Milhões)

	Dezembro/06	Setembro/06	Dezembro/05
Dívida de Curto Prazo	(1.828,5)	(1.665,2)	(246,8)
Dívida de Longo Prazo	(509,6)	(516,4)	(2.150,9)
<b>Dívida Total</b>	<b>(2.338,2)</b>	<b>(2.181,6)</b>	<b>(2.397,6)</b>
Ganho / Perda nas Operações de Derivativos	(316,3)	(284,0)	(294,3)
<b>Dívida (pós-operações de derivativos)</b>	<b>(2.654,5)</b>	<b>(2.465,6)</b>	<b>(2.691,9)</b>
Caixa	213,0	919,4	463,5
<b>Dívida Líquida</b>	<b>(2.441,4)</b>	<b>(1.546,2)</b>	<b>(2.228,4)</b>

## EVOLUÇÃO DA DÍVIDA

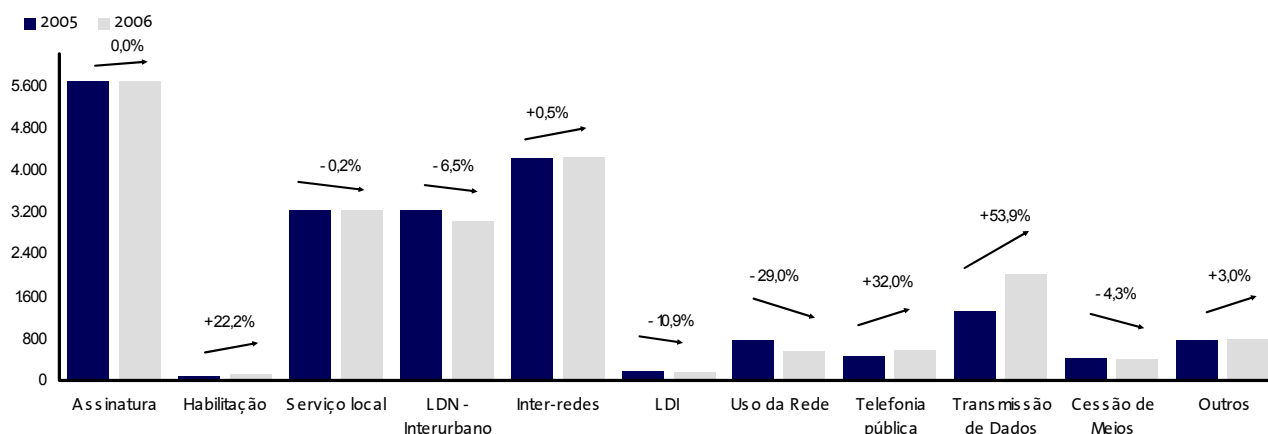
(R\$ Milhões)



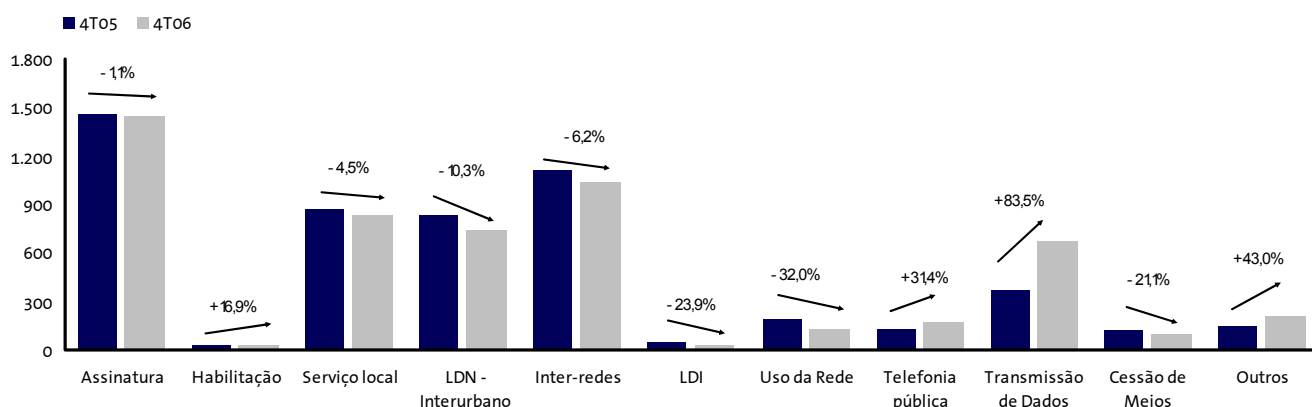
## DESTAQUES DAS RECEITAS

A receita operacional bruta de 2006 atingiu R\$20.796,8 milhões, apresentando um crescimento de R\$445,8 milhões ou 2,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando comparamos o 4T06 com o 4T05, observamos um incremento de R\$102,3 milhões ou 1,9%.

EVOLUÇÃO DOS ITENS DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 2005 PARA 2006  
(R\$ Milhões)



EVOLUÇÃO DOS ITENS DE RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 4T05 PARA 4T06  
(R\$ Milhões)



As variações são justificadas pelos itens a seguir:

**Assinatura:** atingiu R\$5.689,6 milhões em 2006, apresentando um decréscimo de R\$1,7 milhão, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período do ano anterior. No comparativo 4T06 x 4T05, observamos uma redução de R\$16,6 milhões ou 1,1% justificada pelo realinhamento tarifário negativo ocorrido em Julho/06 e pela redução do número total de assinantes devido a uma política mais criteriosa na manutenção da base de clientes, contrabalançados parcialmente pelo sucesso na comercialização dos planos alternativos de telefonia fixa.

**Habilitação:** atingiu R\$119,3 milhões em 2006, apresentando um crescimento de R\$21,7 milhões ou 22,2% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao reajuste tarifário ocorrido em 2005, à habilitação de novos planos alternativos de telefonia fixa e ao término da campanha de habilitação gratuita da 2ª linha telefônica. No comparativo 4T06 x 4T05, houve um aumento de R\$4,6 milhões ou 16,9% devido aos mesmos motivos citados acima.

**Serviço local:** atingiu R\$3.242,8 milhões em 2006, mantendo-se praticamente estável em relação ao mesmo período de 2005, apresentando uma redução de R\$5,0 milhões. Este efeito ocorreu em função da redução do tráfego decorrente da migração de internet discada para a Banda Larga, pela migração de tráfego para a plataforma móvel e pelo realinhamento tarifário negativo ocorrido em Julho/06, contrabalançado parcialmente pelo reajuste tarifário ocorrido em 2005 e pela expansão dos planos alternativos que possuem precificação diferenciada para assinatura e serviço local. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um decréscimo de R\$39,3 milhões ou 4,5%, devido à redução de tráfego em função da migração de internet discada para a Banda Larga, pela migração de tráfego para a plataforma móvel e pelo realinhamento tarifário negativo ocorrido em Julho/06.

**LDN:** atingiu R\$3.017,4 milhões em 2006, apresentando uma redução de R\$209,0 milhões ou 6,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um decréscimo de R\$85,2 milhões ou 10,3%. As variações são justificadas pelos seguintes fatores:

**Longa distância intra-estadual:** atingiu R\$2.090,2 milhões em 2006, apresentando um aumento de R\$48,1 milhões ou 2,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, refletindo um menor nível de descontos nas tarifas, alinhado com o mercado, contrabalançado parcialmente pela redução de tráfego no período e migração de usuários para outras tecnologias, além da mudança na cadência da chamada ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2006. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um decréscimo de R\$12,4 milhões ou 2,3% devido à redução de tráfego no período e migração de usuários para outras tecnologias, além da mudança na cadência da chamada ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2006.

**Longa distância interestadual:** atingiu R\$927,2 milhões em 2006, apresentando uma redução de R\$257,2 milhões ou 21,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, refletindo redução do tráfego por migração para telefonia móvel, realinhamento tarifário negativo de 2,7% ocorrido em julho/06, além da mudança na cadência da chamada ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2006, contrabalançado parcialmente pelo realinhamento tarifário ocorrido em 2005. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos uma redução de R\$72,9 milhões ou 24,5% devido à redução do tráfego de origem fixa e SMP, ao realinhamento tarifário negativo de 2,7% ocorrido em julho/06 e a uma atuação concentrada neste trimestre em ações anti-fraude, além da mudança na cadência da chamada ocorrida a partir de 1º de janeiro de 2006.

**Receita inter-redes:** atingiu R\$4.243,4 milhões em 2006, apresentando um crescimento de R\$23,1 milhões, ou 0,5% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos reajustes tarifários ocorridos em junho/05 (VC1) e em março/06 (VC2 e VC3), além do aumento da planta móvel. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos uma redução de R\$68,9 milhões ou 6,2% devido a uma atuação concentrada neste trimestre em ações anti-fraude e por descontos concedidos a grandes clientes. Este efeito foi parcialmente contrabalançado pelos reajustes tarifários ocorridos em março/06 (VC2 e VC3).

**LDI:** atingiu R\$152,7 milhões em 2006, apresentando uma redução de R\$18,6 milhões ou 10,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, devido à redução de tráfego e tarifas, motivada pela alta competitividade entre as operadoras neste serviço. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos uma redução de R\$10,8 milhões ou 23,9% devido à redução de tráfego no período, parcialmente justificado por uma queda de 2,3% no número de dias úteis e a uma atuação concentrada neste trimestre em ações anti-fraude.

**Receita de uso da rede:** atingiu R\$534,8 milhões em 2006 e quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresentou um decréscimo de R\$219,0 milhões ou 29,0%. Quando comparamos 4T06

x 4T05, observamos um decréscimo de R\$61,2 milhões ou 32,0%. Estes efeitos foram causados principalmente pelas novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006, onde os valores máximos das tarifas de uso de rede local (TU-RL) e interurbana (TU-RIU) foram alterados. Em 2006 a tarifa de TU-RL estava limitada a 50% do valor da tarifa de público do minuto local, o que significa uma queda de 22,3% em relação à tarifa praticada em dez/2005. Já no caso da TU-RIU, o valor máximo representa 30% dos valores correspondentes ao degrau 4, obedecido à modulação horária. Vale ressaltar que houve também um reajuste negativo de 13,3% na tarifa de uso de rede local (TU-RL), ocorrido em Junho/05.

**Telefonia pública:** atingiu R\$584,9 milhões em 2006, apresentando um acréscimo de R\$141,8 milhões ou 32,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento na venda de cartões telefônicos, ao realinhamento tarifário ocorrido em 2005 e à renegociação das margens oferecidas aos distribuidores, contrabalançados parcialmente pelo realinhamento tarifário negativo ocorrido em Julho/06. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$39,5 milhões ou 31,4%, justificado pelos mesmos motivos citados acima.

**Transmissão de dados:** atingiu R\$2.020,4 milhões em 2006, registrando um crescimento de R\$707,4 milhões ou 53,9% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido basicamente ao crescimento dos serviços Speedy, além da migração dos serviços prestados pela subsidiária Telefônica Empresas S.A.. Quando comparamos o 4T06 x 4T05, observamos um crescimento de R\$304,3 milhões ou 83,5% devido aos mesmos motivos citados acima.

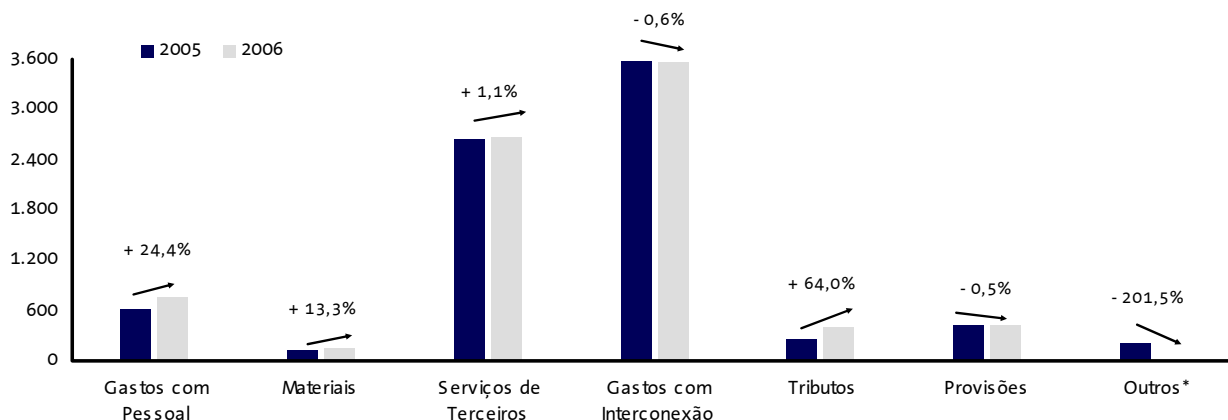
**Cessão de Meios:** atingiu R\$397,5 milhões em 2006, apresentando uma redução de R\$17,7 milhões ou 4,3% quando comparado com mesmo período do ano anterior. Este efeito foi causado principalmente pelo fato de grande parte deste serviço ser prestado anteriormente à Telefônica Empresas S/A e agora ser tratado como intercompany. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos uma redução de R\$25,7 milhões ou 21,1%, pelos mesmos motivos citados acima.

**Outros:** atingiu R\$793,9 milhões em 2006, apresentando um aumento de R\$22,9 milhões ou 3,0% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, justificado principalmente pelo aumento dos serviços de linha inteligente (serviços adicionais à telefonia fixa) e pelo aumento nos planos de manutenção de rede interna realizada pela A. Telecom, contrabalançado parcialmente pela menor utilização dos serviços 0800 e outros serviços adicionais realizados pela subsidiária A. Telecom. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$61,7 milhões ou 43,0%, justificados pelos mesmos motivos citados acima.

## DESTAQUES DOS GASTOS OPERACIONAIS

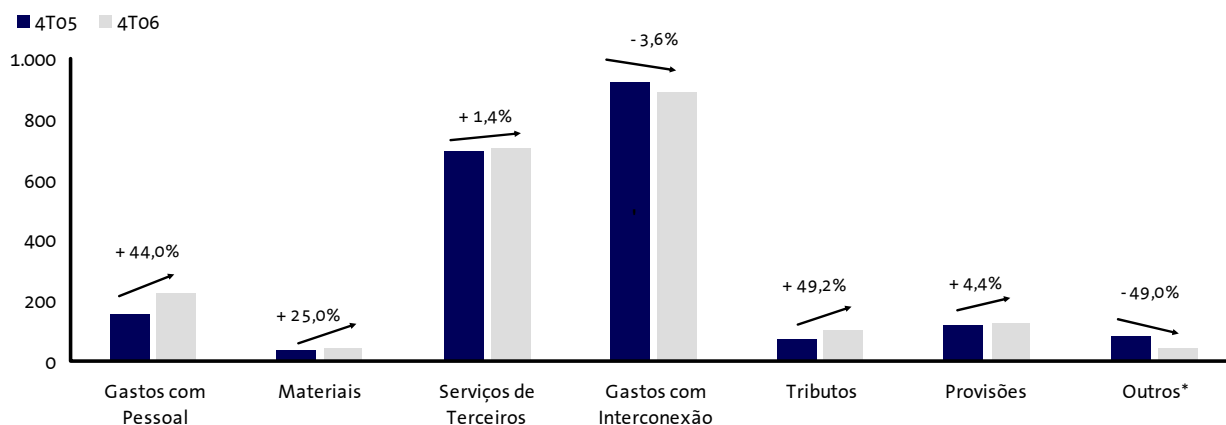
Os gastos operacionais em 2006 foram de R\$7.735,3 milhões e quando comparados ao mesmo período do ano anterior, sofreram uma redução de R\$107,5 milhões, ou 1,4%. Quando comparamos 4T06 x 4T05, houve um aumento de R\$53,4 milhões ou 2,6%.

### EVOLUÇÃO DOS ITENS DE GASTOS OPERACIONAIS DE 2005 PARA 2006 (R\$ Milhões)



\*Ganho (perda) com investimentos, outras receitas (despesas) operacionais e outros

### EVOLUÇÃO DOS ITENS DE GASTOS OPERACIONAIS DE 4T05 PARA 4T06 (R\$ Milhões)



\*Ganho (perda) com investimentos, outras receitas (despesas) operacionais e outros

As variações são explicadas pelos itens a seguir:

**Gastos com pessoal** atingiram R\$757,5 milhões em 2006, um acréscimo de R\$148,6 milhões ou 24,4% quando comparados com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente aos reajustes salariais ocorridos em setembro/05 e setembro/06, ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI) e ao aumento do quadro funcional devido a internalização de serviços de administração de sistemas, além da migração de funcionários da subsidiária Telefônica Empresas S.A.. Excluindo os efeitos da subsidiária Telefônica Empresas S.A. e do Plano de Desligamento Incentivado, observamos um acréscimo de R\$28,8 milhões ou 4,7%. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$68,9 milhões ou 44,0%, justificado pelo reajuste salarial ocorrido em setembro/06 e pelo aumento do quadro funcional motivado pela migração dos funcionários da subsidiária Telefônica Empresas S.A. Excluindo este efeito, observamos um aumento de R\$7,2 milhões ou 4,6%.

**Gastos com administração**, atingiram R\$6.685,0 milhões em 2006, apresentando um crescimento de R\$59,0 milhões ou 0,9% quando comparados ao mesmo período do ano anterior. Quando comparamos 4T06 com 4T05, observamos um aumento de R\$26,4 milhões ou 1,5%.

Dentre os principais motivos, são destaques:

**Materiais** atingiram R\$153,5 milhões em 2006, apresentando um aumento de R\$18,0 milhões ou 13,3% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, motivado pela promoção do Detecta (serviço de identificação de chamada), onde os clientes que realizam novas assinaturas ganham o aparelho grátis, aos gastos com cartões de telefonia pública motivado pela maior venda de cartões no ano, contrabalançado parcialmente pela redução na venda dos cartões pré-pagos residenciais e em materiais para processamento de dados. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$8,8 milhões ou 25,0% motivado principalmente pelo aumento nas vendas de cartões de telefonia pública e pelo aumento nos custos das mercadorias vendidas, principalmente pela preparação de bases de transmissão de dados (serviço prestado pela subsidiária Telefônica Empresas S/A).

**Serviços prestados por terceiros**, atingiram R\$2.669,6 milhões em 2006, apresentando um aumento de R\$28,0 milhões ou 1,1% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido principalmente ao aumento dos gastos com serviços de atenção ao cliente, à manutenção de terminais de telefonia pública, aos gastos com sistemas e aos custos na implantação de centrais para transmissão de dados, contrabalançados parcialmente pela redução de gastos relacionados com o provimento de internet banda estreita e pelos gastos com manutenção de sistemas de internet. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$9,5 milhões ou 1,4%, devido principalmente ao aumento dos gastos com serviços de atenção ao cliente e aos custos na implantação de centrais para transmissão de dados, contrabalançados parcialmente pela redução nos gastos com trânsito de rede IP, serviço anteriormente prestado pela subsidiária Telefônica Empresas S/A e pela redução dos custos de provimento de internet banda estreita.

**Gastos com interconexão**, atingiram R\$3.555,9 milhões em 2006 e quando comparado com o mesmo período de 2005 diminuíram R\$23,1 milhões ou 0,6% principalmente em função do reajuste negativo de 13,3% na tarifa de uso de rede local (TU-RL), ocorrido em junho/05, das novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006, onde os valores máximos das tarifas de uso de rede local (TU-RL) e interurbana (TU-RIU) foram alterados, pela redução de transporte com terminação móvel e pela modificação na modulação horária em VUM para VC2 e VC3. Este efeito foi parcialmente compensado pelo aumento do tráfego fixo-móvel em decorrência do aumento da planta móvel, pelo reajuste de 4,5% na VUM em jun/05 (VC1) e em mar/06 (VC2 e VC3). Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos uma redução de R\$33,1 milhões ou 3,6%, motivado pelas novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2006.

**Outros** atingiram R\$306,0 milhões em 2006, apresentando um aumento R\$36,2 milhões ou 13,4% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, devido ao aluguel de rede para transmissão de dados, ao aumento no aluguel de postes e ao aumento nos gastos com energia elétrica. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$41,1 milhões ou 63,5%, devido aos mesmos motivos citados acima.

**Tributos** atingiram R\$404,2 milhões em 2006, e quando comparado ao mesmo período do ano anterior, apresentaram um acréscimo de R\$157,7 milhões ou 64,0% em função, principalmente, da renovação do contrato de concessão aprovado em Dezembro de 2005, com validade até Dezembro de 2025, que determina à concessionária o pagamento, a cada dois anos durante o novo período de concessão, de uma taxa correspondente a 2% das receitas com o STFC, do ano anterior, líquida de impostos e

contribuições sociais incidentes. Quando comparamos o 4T06 x 4T05, observamos um acréscimo de R\$33,5 milhões ou 49,2%, devido aos mesmos motivos citados acima.

**Provisões** atingiram R\$413,6 milhões em 2006, apresentando uma redução de R\$2,1 milhões ou 0,5% quando comparados ao mesmo período do ano anterior, o que representa 2,8% da receita operacional líquida (2,9% no mesmo período do ano anterior). Quando comparamos o 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$5,1 milhões ou 4,4%. No 4T06 esta provisão representou 3,3% da receita operacional líquida (3,1% no mesmo período do ano anterior).

**Ganho (Perda) com Investimentos**, em 2006 apresentou um resultado positivo de R\$1,0 milhão, enquanto que no mesmo período de 2005 apresentou um resultado negativo de R\$17,8 milhões, apresentando uma variação de R\$18,8 milhões motivado pelo efeito de variação cambial na equivalência patrimonial da subsidiária Aliança Atlântica. Quando comparamos o 4T06 com o 4T05, observamos uma variação negativa de R\$0,7 milhão devido ao mesmo motivo citado acima.

**Outras receitas (despesas) operacionais** em 2006 apresentaram uma variação líquida positiva de R\$451,9 milhões ou 627,6% em relação ao mesmo período de 2005. Tal comportamento deve-se principalmente à reversão de contingência tributária federal referente ao processo ajuizado pela Sociedade questionando a ampliação da base de cálculo das Contribuições para Financiamento da Seguridade Social (COFINS – até a competência fevereiro de 2004) e para o Programa de Integração Social (PIS – até a competência novembro de 2002) com a inclusão das receitas financeiras, de securitizações e de variação de taxa de câmbio da moeda, ao invés de apenas as receitas operacionais. Os efeitos desta reversão de R\$257,6 milhões foram contemplados no balanço patrimonial e na demonstração de resultados de 30 de setembro de 2006. Além disto, houve também a recuperação de despesas de exercícios anteriores (principalmente PIS e Cofins sobre insumos), recuperação de despesas com danos na rede, recuperação de receitas que já tinham sido baixadas como perda no passado, contrabalançado parcialmente pelo aumento das contingências e provisão atuarial. Quando comparamos o 4T06 x 4T05, observamos uma variação líquida positiva de R\$81,2 milhões ou 463% devido à despesa realizada em 2005 com rescisão contratual com empresa prestadora de serviço de manutenção de rede, o que reduziu a base de análise do período, além das recuperações de receitas que já tinham sido baixadas como perda no passado, contrabalançado parcialmente pelo aumento de provisão atuarial.

## OUTROS DESTAQUES

**Depreciação** em 2006 sofreu uma redução de R\$40,5 milhões ou 1,5% quando comparado ao mesmo período de 2005, motivada principalmente pela adequação dos níveis de CAPEX após o cumprimento das metas de universalização e pelo término da amortização do ágio sobre aquisição da CETERP, que vinha sofrendo amortização mensal de R\$2,7 milhões tendo sua última realização em novembro/05. Estes efeitos foram parcialmente contrabalançados pelo acervo de imobilizado e diferido incorporado da Telefônica Empresas S.A. em julho/06 e que vem sofrendo depreciações/amortizações desde agosto/06. Quando comparamos 4T06 x 4T05, observamos um aumento de R\$7,1 milhões ou 1,1%, motivado principalmente pelo acervo imobilizado e ágio incorporado.

**Receitas (despesas) financeiras operacionais:** o resultado financeiro melhorou em R\$329,3 milhões ou 22,9% quando comparamos 2006 com o mesmo período do ano anterior, devido ao aumento do volume médio de aplicações financeiras (CDB), à redução na deliberação de Juros Sobre Capital Próprio no período, pela redução de perdas com operações de hedge motivada principalmente pelo aumento no volume de pagamento de empréstimos em moeda estrangeira, contrabalançados parcialmente pelo aumento de atualização monetária com contingências. No comparativo 4T06 x 4T05, o resultado financeiro líquido piorou em R\$56,8 milhões ou 11,3%, devido principalmente ao aumento na declaração de Juros Sobre Capital Próprio no 4T06, contrabalançado parcialmente pela redução de perdas com operações de hedge. O endividamento bruto e o resultado dos passivos de empréstimos, financiamentos e compromissos de compra em moeda estrangeira da Sociedade são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2006, 35,18% da dívida financeira (36,45% em 31 de dezembro de 2005) era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano e iene), sendo que 99,88% do endividamento (99,37% em 31 de dezembro de 2005) era coberto por posições ativas de operações de “hedge” cambial (“swap” para CDI). Os ganhos ou perdas das operações para cobertura do endividamento financeiro estão registrados na demonstração de resultado. Em 31 de dezembro de 2006, as operações de derivativos geraram um resultado negativo líquido consolidado de R\$164,2 milhões, tendo sido registrado um passivo em 31 de dezembro de 2006 de R\$316,3 milhões para reconhecer a perda temporária existente. Por serem operações de cobertura, parte do resultado negativo líquido consolidado de R\$164,2 milhões com derivativos é compensado pela receita de variação cambial das dívidas, no valor de R\$70,7 milhões.

**Receitas (despesas) não operacionais** em 2006 apresentaram resultado positivo de R\$23,6 milhões, porém, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, apresenta uma redução de R\$14,2 milhões ou 37,5%, devido à perda líquida com venda de imobilizado, além do resultado positivo na venda de ações que gerou um ganho líquido no ano de 2005, o que aumentou a base de comparação. No 4T06 observamos um resultado positivo de R\$9,9 milhões e quando comparamos com o 4T05, observamos um aumento de R\$12,9 milhões devido basicamente à redução de perdas com venda de imobilizado e receitas com venda de investimentos.

**Empréstimos e financiamentos:** Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade tinha R\$822,6 milhões em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (R\$874,0 milhões em 31 de dezembro de 2005), dos quais R\$553,4 milhões captados a taxas de juros fixas (R\$478,2 milhões em 31 de dezembro de 2005) e R\$269,2 milhões captados a taxas de juros variáveis (Libor) (R\$395,8 milhões em 31 de dezembro de 2005). Para cobrir o risco cambial e de taxas de juros variáveis dessas dívidas em moeda estrangeira, a Sociedade contratou operações de “hedge” de modo a atrelar essas dívidas à moeda local, com taxas de juros flutuantes indexadas ao CDI, fazendo com que o endividamento da Sociedade seja afetado por oscilações nessa taxa. Compõe também a posição de empréstimos e financiamentos o valor de debêntures emitidas em 2004, com remuneração baseada na variação do CDI, de R\$1.514,5

milhões (R\$1.521,7 milhões em 31 de dezembro de 2005). Por outro lado, a Sociedade investe o excesso de disponibilidade (aplicações financeiras) de R\$213,0 milhões (R\$463,5 milhões em 31 de dezembro de 2005), principalmente em instrumentos de curto prazo, baseados na variação do CDI, o que contribui para reduzir esse risco. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis em curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade possuía operações de “swap” – CDI x pré para cobrir parcialmente as flutuações nas taxas de juros internas. As operações cobertas têm seu vencimento em janeiro de 2007 e janeiro de 2008, sendo os volumes contratados de R\$739,8 milhões e 168,5 milhões respectivamente. Estas operações de derivativos geraram um resultado negativo líquido consolidado de R\$2,1 milhões, sendo que essa perda temporária foi registrada nas demonstrações de resultados e no passivo.

## EVENTOS SOCIETÁRIOS

### COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Posição em 31 de dezembro de 2006

Telesp	Ordinárias	Preferenciais	Total
Grupo Controlador	144.462.997 85,57%	300.749.850 89,13%	445.212.847 87,95%
Minoritários	24.146.295 14,30%	36.482.339 10,81%	60.628.634 11,98%
Ações em Tesouraria	210.578 0,12%	185.213 0,05%	395.791 0,08%
Número total de ações	168.819.870	337.417.402	506.237.272

OBS: Processo de Grupamento encerrado em 24/06/05, negociação unitária à partir de 27/06/05.

Capital suscrito/integralizado - R \$ mil (31/12/05): 5.978.074

Valor patrimonial por ação (R \$): 20,96

Capital suscrito/integralizado - R \$ mil (31/12/06): 6.575.198

**Debêntures** - Em 03 de setembro de 2004, a Sociedade anunciou um Programa de Distribuição de Valores Mobiliários (“Programa”) e a efetivação, no âmbito do Programa, da Primeira Emissão de Debêntures da Telesp (“Oferta”).

A Oferta consistiu na emissão de 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (“Debêntures”), com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) totalizando o montante de R\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em série única, com vencimento final em 01 de setembro de 2010 (seis anos). As debêntures rendem juros com pagamentos trimestrais, correspondentes a 103,5% da acumulação das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, extragrupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. A remuneração das debêntures tem previsão de repactuação em 01 de setembro de 2007 e por este motivo foram classificadas como de curto prazo.

### Reestruturações Societárias em 2006

**a) Incorporação da Atrium Telecomunicações pela A.Telecom** - Em 1º de março de 2006, a então controlada Santo Genovese Participações Ltda., após incorporar sua controlada Atrium Telecomunicações Ltda., foi incorporada pela A. Telecom S.A., sendo extinta em virtude dessa operação. Dessa forma, a A.Telecom passou a realizar também as atividades antes executadas pela Atrium. O objetivo dessa operação é potencializar sinergias com a unificação das atividades em uma única empresa, racionalizar a gestão, simplificar a estrutura administrativa e societária e, ao mesmo tempo, oferecer aos clientes serviços mais amplos e integrados.

**b) Incorporação da Telefônica Data Brasil Holding e cisão parcial da Telefônica Empresas S.A.** - Em 09 de março de 2006, a Telesp e a Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH), ambas sob controle do Grupo Telefônica, anunciaram uma proposta de reestruturação das atividades de Serviço de Comunicação Multimídia (“SCM”) da Telefônica Empresas S.A. e da Telesp. A operação contemplava as seguintes etapas:

- (i) a incorporação da TDBH pela Telesp, recebendo os acionistas da TDBH ações da Telesp de acordo com a relação de troca anunciada. Com esta operação, a Telefônica Empresas S.A.

passaria a ser subsidiária integral da Telesp. A Telesp sucederia a TDBH em todos os seus direitos e obrigações; e

- (ii) cisão parcial da Telefônica Empresas, com transferência para a Telesp dos ativos e atividades relacionados ao SCM nas regiões em que tal serviço já era prestado pela Telesp.

Em 28 de abril de 2006 foram realizadas as Assembléias Gerais Extraordinárias das Sociedades que aprovaram a proposta de reestruturação societária. Contudo, em razão de liminar obtida em medida cautelar proposta por acionistas minoritários da TDBH perante a 14ª Vara Cível do Foro Central da Capital do Estado de São Paulo, a realização da Assembléia Geral da TDBH foi autorizada pelo Poder Judiciário, porém seus efeitos ficaram temporariamente suspensos até que a citada decisão fosse reapreciada.

Em 25 de julho de 2006 a referida liminar foi cassada, sendo que os efeitos da reestruturação societária produziram-se a partir da publicação da ação judicial em 28 de julho de 2006.

**Cancelamento de ações em tesouraria** - Em 09 de março de 2006, em Assembléia Geral Extraordinária de acionistas, foi aprovado por unanimidade de votos o cancelamento de 1.562.387 ações de emissão da própria Sociedade mantidas em tesouraria, sendo 1.258.508 ações ordinárias e 303.879 ações preferenciais, resultantes do processo de grupamento de ações do capital social da Telesp ocorrido no ano 2005, as quais foram adquiridas pela Sociedade em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA em 15 de julho de 2005.

**Lei para enterramento de cabos aéreos** - Em 27 de outubro de 2006 foi publicado no Diário Oficial do Município de São Paulo o Decreto nº 47.817 regulamentando a Lei nº 14.023/05 que prevê a obrigatoriedade de enterramento de todo o cabeamento aéreo existente na Cidade de São Paulo, atribuindo exigências às concessionárias de serviços públicos que atuam na cidade para cumprimento dessa Lei. A Sociedade está analisando os efeitos da referida regulamentação para avaliar seus impactos.

**Acordo celebrado com a Abril Comunicações S.A.** - Conforme divulgado em Fato Relevante publicado e em cumprimento à instrução CVM 358 de 03/01/2002, em 29 de outubro de 2006 a Sociedade celebrou a Abril Comunicações S.A., TVA Sistema de Televisão S.A., e as sociedades Comercial Cabo TV São Paulo Ltda., TVA Sul Paraná Ltda., e TVA Radioenlaces Ltda. (“Abril”), o Instrumento Particular de Acordo de Convergência, Compra e Venda de negócios, ativos, ações e outras avenças (“Contrato”), visando a convergência de oferta dos serviços de telefonia, banda larga e TV por assinatura (“triple play”), para ampliar o atendimento das crescentes demandas do universo de usuários desses serviços. A operação buscou unir as expertises do Grupo Abril na produção e veiculação de conteúdos e de mídia e do Grupo Telefônica no segmento de telecomunicações.

Nos termos do Contrato firmado, a Sociedade e a Abril uniram seus esforços mediante a formalização de diversas relações contratuais de caráter comercial e operacional. Serão objeto de aquisição pela Sociedade, - após a implementação de uma reestruturação societária envolvendo a Tevecap S.A. e as sociedades por ela controladas e acima referidas, detentoras das licenças e ativos relacionados à prestação de serviços de Multichannel Multipoint Distribution Service (MMDS), Cabo e de Comunicação Multimídia (SCM) para provimento de banda larga, - as ações representativas de 100% do capital de uma sociedade que, na data de fechamento prevista no Contrato deterá (i) diretamente, 100% das ações representativas de uma sociedade prestadora de serviços de MMDS e de banda larga dentro e fora do Estado de São Paulo; (ii) indiretamente, 100% das ações preferenciais, bem como parte das ações ordinárias no limite da legislação e regulamentação vigentes, de uma sociedade prestadora de serviços de televisão a Cabo fora do Estado de São Paulo e (iii) indiretamente, 100% das ações

preferenciais, bem como parte das ações ordinárias no limite da legislação e regulamentação vigentes, do capital social de uma sociedade prestadora de serviços de televisão a Cabo no Estado de São Paulo.

A efetivação da referida aquisição de participações societárias com a conseqüente transferência de ações, especialmente a aquisição do controle da sociedade detentora da licença de MMDS, estão condicionadas à aprovação prévia da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, bem como ao cumprimento das demais condições suspensivas estabelecidas no Contrato. O CADE também está avaliando a transação sob o ponto de vista concorrencial.

A Sociedade convocará assembléia geral extraordinária para a ratificação da assinatura do Contrato, nos termos do disposto no §1º do artigo 256 da Lei nº 6.404/76, após a efetivação da mesma nos termos acima.

Em atendimento às disposições contratuais, em 28 de dezembro de 2006, a Sociedade efetuou um adiantamento no valor de R\$200.000.000,00 para o Grupo Abril, tendo recebido como garantia os ativos que compõem a rede da TVA.

## DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

**JSCP - Em 12 de dezembro de 2005**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2005, no montante de R\$380.000.000,00 com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$323.000.000,00, aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 30 de dezembro de 2005, que foram pagos a partir do dia 26 de junho de 2006.

### JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2005

(Valor por ação - R\$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,724048	0,108607	0,615441
Ações Preferenciais (*)	0,796453	0,119468	0,676985

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

**Dividendos Intermediários - Em 23 de maio de 2006**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária de 2007, o crédito de dividendos intermediários com base nos lucros acumulados existentes no último balanço anual da Companhia, de 31/12/2005 e nos lucros do balanço do 1º trimestre encerrado em 31/03/2006, no montante de R\$1.169.604.000,00, conforme descrito nos itens (a) e (b) abaixo, que demonstram a proporcionalidade da alocação do valor às ações da Telesp e da TDBH:

### DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R\$)

	Ordinárias	Preferenciais (*)
Valor por ação - R\$	2,166017	2,382619

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

**(a) Ações da Telesp :** Declaração de Dividendos Intermediários no montante de R\$1.136.783.848,64. Esses dividendos foram atribuídos aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia no final do dia 23 de maio de 2006. Após esta data, as ações foram consideradas ex-dividendos. O pagamento desses dividendos foi realizado a partir do dia 26 de junho de 2006.

**(b) Ações da TDBH:** Declaração de dividendos intermediários no montante de R\$32.820.151,36, valor este pertinente às ações da Telesp que foram emitidas quando da incorporação da TDBH pagos a partir de 22 de setembro de 2006. Esses dividendos foram atribuídos aos acionistas detentores das novas ações ordinárias e preferenciais da Telesp que se achavam inscritos em nossos registros no momento da atualização dos registros da Telesp para refletir a emissão das novas ações aos antigos detentores de ações da TDBH, ao final do dia 29 de agosto de 2006. Após esta data as ações foram consideradas ex-dividendos.

**JSCP - Em 23 de maio de 2006**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária de 2007, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2006, no montante de R\$290.000.000,00 com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$246.500.000,00, de acordo com o discriminado nos itens (a) e

(b) abaixo, que demonstram a proporcionalidade da alocação do valor acima às ações da Telesp e da TDBH.

#### JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R\$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,537057	0,080558	0,456499
Ações Preferenciais (*)	0,590763	0,088614	0,502149

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

**(a) Ações da Telesp:** declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$281.862.336,40, com retenção de Imposto de Renda na Fonte à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$239.582.985,94. O crédito correspondente foi feito nos registros contábeis da Sociedade em 23 de maio de 2006, de forma individualizada a cada acionista, com base na posição acionária ao final do dia 23 de maio de 2006. A partir de 24 de maio de 2006, as ações foram consideradas “ex-Juros Sobre Capital Próprio”. O pagamento desses juros foi realizado a partir do dia 26 de junho de 2006.

**(b) Ações da TDBH:** Declaração de juros sobre capital próprio no montante de R\$8.137.663,60, com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$6.917.014,06, valor este pertinente às ações da Telesp que foram emitidas quando da incorporação da TDBH. O crédito correspondente desses juros sobre capital próprio foi feito nos registros contábeis da Sociedade em 29 de agosto de 2006, de forma individualizada aos acionistas detentores das novas ações ordinárias e preferenciais da Telesp que se achavam inscritos em nossos registros no momento da atualização dos registros da Telesp para refletir a emissão das novas ações aos antigos detentores de ações da TDBH. Após esta data, as ações foram consideradas ex-juros. Estes valores foram pagos a partir de 22 de setembro de 2006.

**JSCP - Em 10 de novembro de 2006,** o Conselho de Administração da Sociedade aprovou “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas de 2007, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2006, no montante de R\$370.000.000,00 com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$314.500.000,00, aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 13 de novembro de 2006, que foram pagos a partir do dia 11 de dezembro de 2006, de acordo com o demonstrativo abaixo:

#### JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R \$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,685737	0,102860	0,582877
Ações Preferenciais (*)	0,754311	0,113146	0,641165

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

**Dividendos Intermediários - Em 10 de novembro de 2006,** o Conselho de Administração da Sociedade aprovou “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária de 2007, o crédito de dividendos intermediários com base nos lucros existentes no balanço trimestral de 30/09/2006, no montante de R\$1.180.000.000,00, a serem pagos aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 13 de novembro de 2006, que foram pagos a partir do dia 11 de dezembro de 2006, de acordo com o demonstrativo abaixo:

## DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R \$)

	Ordinárias	Preferenciais (*)
Valor por ação - R\$	2,186948	2,405642

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

**JSCP - Em 18 de dezembro de 2006**, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas, o crédito de juros sobre capital próprio referente ao exercício social de 2006, no montante de R\$120.000.000,00 com retenção de imposto de renda na fonte, à alíquota de 15%, resultando em juros líquidos de R\$102.000.000,00, aos acionistas inscritos nos registros da Sociedade ao final do dia 28 de dezembro de 2006. A partir de 29 de dezembro de 2006 inclusive as ações passaram a ser consideradas “ex-juros sobre capital próprio”. O pagamento será feito na data que vier a ser decidida em Assembléia Geral de Acionistas, conforme o demonstrativo abaixo:

## JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - EXERCÍCIO SOCIAL DE 2006

(Valor por ação - R \$)

	Pessoas Jurídicas Imunes ou Isentas	Imposto de Renda na Fonte (15%)	Pessoas Jurídicas e Físicas
Ações Ordinárias	0,222401	0,033360	0,189041
Ações Preferenciais (*)	0,244641	0,036696	0,207945

(\*) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme art. 7º do Estatuto Social da Sociedade.

## NOTAS ADICIONAIS

**Deliberação CVM 371** – contabilização de planos de benefícios pós-aposentadoria. A Sociedade registrou os passivos atuariais conforme previsto na Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2006 e 2005, com base no cadastro dos participantes de setembro de 2006 e novembro de 2005, respectivamente, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado e reconhecidos imediatamente os ganhos e perdas atuariais de cada exercício. Os ativos dos planos estavam posicionados em 30 de novembro de 2006 e 2005, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano. O valor total da obrigação reconhecida em 31 de dezembro de 2006 foi de R\$75,0 milhões.

**Incremento das Tarifas Fixo-Móvel – Em 08 de junho de 2005**, por meio do Ato nº 50.895, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Pessoal – SMP, com variação de 7,99% para a modalidade VC1, em toda a área de concessão da TELESP, setores 31,32 e 34 da Região III. O reajuste das chamadas VC1 entrou em vigor a partir do dia 12 de junho de 2005. Na mesma data, a Anatel aprovou o reajuste da tarifa de interconexão fixo móvel (VUM), relativa à VC1 em 4,5%.

**Incremento das Tarifas Fixo-Fixo – Em 30 de junho de 2005**, por meio dos Atos 51.300 e 51.301, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 03 de julho de 2005. Os incrementos médios foram os seguintes: Local: 7,27%; Longa Distância: 2,94%; Tarifa de Uso da Rede Local - TU-RL: (-13,32%); Tarifa de Uso da Rede Inter-Urbana - TU-RIU: 2,94%.

**Incremento das Tarifas Fixo-Móvel – Em 28 de março de 2006**, por meio do Ato 57.109, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou o reajuste de 7,99% para as tarifas das chamadas de longa distância entre telefones fixos e telefones móveis (VC2 e VC3) em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. Na mesma data, a Anatel aprovou o reajuste da tarifa de interconexão fixo-móvel (VUM), relativas à VC2 e VC3 em 4,5%. Os reajustes entraram em vigor a partir do dia 31 de março de 2006.

**Introdução do Acesso Individual de Classe Especial (AICE) - Lançado em 01 de julho de 2006**, esta é uma linha do plano básico local, pré-paga, para uso exclusivo residencial. A partir da sua instalação, o AICE deve ser o único acesso do STFC no domicílio. Esta linha não dá direito à franquia e não há modulação horária. O Prazo para a instalação é de 30 dias, contados da solicitação. Conforme regulamentação, a partir de 1º de julho de 2006, esta linha será disponibilizada nas localidades com mais de 500.000 habitantes em nossa área de Concessão. A partir de 01 de janeiro de 2007 devem ser atendidas localidades com mais de 300.000 habitantes, a partir de 01 de julho de 2007, localidades com mais de 100.000 habitantes e a partir de 01 de janeiro de 2008, todas as localidades. A estrutura das tarifas é a seguinte:

- Assinatura: corresponde a 60% do valor da assinatura da linha residencial clássica, ou seja R\$22,78;
- Minuto Local: é o mesmo valor do plano básico da linha clássica, ou seja R\$0,09557;
- Tarifa de Completamento de Chamada: R\$0,19114 para todas as chamadas, o que corresponde ao valor de 2 minutos;
- Habilitação / Mudança de Endereço: corresponde aos mesmos valores do plano básico da linha clássica, ou seja R\$88,01;

**Incremento das Tarifas Fixo-Fixo - Em 10 de julho de 2006 e 14 de julho de 2006**, por meio dos Atos 59.517 e 59.665, a Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL homologou os percentuais para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 14 de julho de 2006 para Local e a partir de 20 de Julho de 2006, para Longa Distância Nacional. Os incrementos médios das cestas de tarifas foram os seguintes:

Local: -0,38%

Longa Distância: -2,73%

As novas tarifas que entraram em vigor (impostos inclusos) são as seguintes:

**Serviço Local:**

Habilitação: R\$88,01

Assinatura Residencial: R\$37,98

Assinatura não residencial e Tronco: R\$65,12

Pulso Local: R\$0,14672

Crédito de Telefone Público: R\$0,116

**Longa Distância Nacional:**

Minuto D1 (até 50km): R\$0,143

Minuto D2 (50 a 100 km): R\$0,221

Minuto D3 (100 a 300 km): R\$0,310

Minuto D4 (acima de 300 km): R\$0,414

**Tarifas de Interconexão:**

TU-RL: R\$0,035

TU-RIU: R\$0,10185 (média dos 4 horários)

**Novas regras de interconexão:** de acordo com a renovação do Contrato de Concessão, as novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2007 limitam a tarifa de TU-RL a 40% do valor do minuto, ou seja, R\$0,028.

## RESUMO HISTÓRICO

Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP desde 30 de novembro de 1999 (devido à reestruturação societária) é a nova denominação da Telesp Participações S.A., uma corporação organizada sob as leis da República Federativa do Brasil, formada a partir da cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A., em 22 de maio de 1998. A TELESP é a principal provedora de serviços públicos de telecomunicações de linha fixa no estado de São Paulo. Em 29 de julho de 1998, o governo brasileiro privatizou a Sociedade, vendendo as ações de controle da TELESP PARTICIPAÇÕES.

A Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP adquiriu, em dezembro de 1999, participação acionária nas Centrais Telefônicas de Ribeirão Preto S.A. - CETERP. As operações celulares foram alienadas.

Em 30 de junho de 2000, foi concluída a oferta pública de troca das ações em circulação da Sociedade por BDR's (Brazilian Depository Receipts) representativos das ações da Telefônica, S.A.

Em 03 de agosto de 2000, foi constituída a subsidiária integral Telefônica Empresas S.A., tendo como objeto social a prestação dos serviços de rede comutada por pacote. Em 24 de novembro de 2000, a Sociedade integralizou aumento de capital na sua subsidiária integral em moeda corrente e através da conferência de bens dos ativos relacionados ao serviço de rede comutada por pacote, incluindo a transferência da autorização do direito desse serviço.

Em 30 de janeiro de 2001, foi constituída a Telefônica Data Brasil Holding S.A., resultante de cisão parcial de acervo líquido da Sociedade. Esse acervo era representado pelo investimento na subsidiária integral Telefônica Empresas S.A. e valores a receber. O objetivo da constituição da Telefônica Data Brasil Holding S.A. foi a segregação das atividades operacionais relacionadas ao serviço de rede comutada por pacotes, devido à reestruturação administrativa e operacional que ocorreu no ano 2000.

Os negócios, serviços e tarifas da TELESP são regulamentados pela ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) desde 16 de junho de 1997, de acordo com decretos, decisões, planos e medidas regulatórias.

A TELESP foi a primeira empresa a entregar a documentação correspondente às metas da ANATEL, que já concedeu a licença que permite operar tráfego telefônico de longa distância nacional e internacional no Brasil. A licença autoriza também a TELESP a oferecer serviços de telefonia local fora de sua área de concessão (São Paulo) e atuar, assim, em todo o país.

Os serviços de Longa Distância Internacional começaram a ser ofertados em 07 de maio de 2002 enquanto que neste período a prestação dos serviços de Longa Distância Nacional esteve impedida por força de liminar. Pelas mesmas razões, os serviços de Longa Distância Nacional começaram a ser ofertados de forma regular em 29 de julho de 2002.

O Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, em sua 240ª reunião, realizada em 29 de janeiro de 2003, concedeu à Telecomunicações de São Paulo, S.A. - Telesp autorização para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) em todo território nacional, com intuito de oferecer serviços de voz e dados através de pontos de presença, compostos de redes e circuitos de telecomunicações.

Em 06 de julho de 2003, as operadoras de telefonia móvel passaram a implantar o Código de Seleção de Prestadora (CSP) com o qual o cliente passa a escolher a prestadora de longa distância nacional (VP2

e VP3) e internacional, segundo regras do Serviço Móvel Pessoal - SMP. A Sociedade passou a reconhecer as receitas destes serviços, em contrapartida, passou a remunerar as operadoras de telefonia móvel pelo uso de suas redes.

Em 04 de setembro de 2004, foram implementadas as regras estipuladas na Resolução nº 373, de 03 de junho de 2004 da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que tratou da reconfiguração das áreas locais para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC. Como consequência, todas as chamadas anteriormente tarifadas como de longa distância nacional com degrau DC - Áreas Conurbadas - passaram a ser tarifadas como chamadas locais. Em São Paulo, essa alteração envolveu 53 municípios, sendo 39 deles na Grande São Paulo.

Em 04 de dezembro de 2004, foi implementada a fase II das regras estipuladas na Resolução nº 373, de 03 de junho de 2004, da Anatel. Essa alteração envolveu 25 municípios, distribuídos em 9 grupos distintos, nos quais os municípios elencados em cada grupo passaram a ser tarifados como chamada local no relacionamento entre si. Anteriormente, essas chamadas eram tarifadas como longa distância nacional, degraus 1 e 2.

Em 24 de dezembro de 2004, a Sociedade adquiriu controle da Santo Genovese Participações Ltda., controladora da Atrium Telecomunicações Ltda. ("Atrium"), sociedade voltada ao gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações. A operação permitiu ampliar a oferta ao mercado nacional de serviços de maior valor agregado, através do gerenciamento da prestação de serviços de telecomunicações.

Em 31 de dezembro de 2005 expirou o contrato de concessão do STFC. Este contrato de concessão foi prorrogado, em 22 de dezembro de 2005, por um período de 20 anos, podendo ser alterado em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite à Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e para qualidade, tendo em vista as condições vigentes à época.

A cada 2 anos, durante 20 anos do novo período do Contrato de Concessão, as empresas de regime público deverão pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% da receita do STFC, do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes.

Desde 2006 a Sociedade vem provisionando a taxa de renovação da concessão pelo regime de competência. Excepcionalmente, o primeiro pagamento desta taxa bianual ocorrerá em abril de 2007 com base nas receitas líquidas de 2006. Considerando que a taxa se refere a dois exercícios, a Sociedade reconhecerá como custo dos serviços prestados 1% da receita líquida anual de cada exercício.

Em 28 de julho foi finalizado o processo de reestruturação societária envolvendo as atividades de Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), através da incorporação da TDBH pela Telesp e cisão parcial da Telefônica Empresas, com transferência para a Telesp dos ativos e atividades de SCM nas regiões em que tal serviço já é prestado pela Telesp.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Consolidados)

Períodos findos em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005

Dados não auditados (Milhões de reais)

	Janeiro - Dezembro			Outubro - Dezembro		
	2006	2005	% var	2006	2005	% var
Receita Operacional Bruta	20.796,8	20.350,9	2,2	5.391,9	5.289,7	1,9
Assinatura	5.689,6	5.691,3	(0,0)	1.441,6	1.458,2	(1,1)
Habilitação	119,3	97,7	22,2	31,9	27,3	16,9
Serviço local	3.242,8	3.247,8	(0,2)	835,3	874,6	(4,5)
LDN	3.017,4	3.226,4	(6,5)	743,5	828,7	(10,3)
Intra-área de concessão	2.090,2	2.042,0	2,4	518,9	531,3	(2,3)
Inter-área de concessão	927,2	1.184,4	(21,7)	224,5	297,4	(24,5)
Receita inter-redes (fixo x móvel)	4.243,4	4.220,3	0,5	1.039,5	1.108,4	(6,2)
LDI	152,7	171,3	(10,9)	34,6	45,4	(23,9)
Uso da rede	534,8	753,8	(29,0)	130,0	191,2	(32,0)
Telefonia pública	584,9	443,2	32,0	165,2	125,7	31,4
Transmissão de Dados	2.020,4	1.313,0	53,9	668,7	364,5	83,5
Cessão de Meios	397,5	415,2	(4,3)	96,4	122,1	(21,1)
Outros	793,9	770,9	3,0	205,2	143,5	43,0
Deduções	(6.153,7)	(5.955,8)	3,3	(1.626,4)	(1.534,4)	6,0
Receita operacional líquida	14.643,0	14.395,1	1,7	3.765,5	3.755,3	0,3
Gastos operacionais	(7.735,3)	(7.842,8)	(1,4)	(2.127,2)	(2.073,8)	2,6
Gastos com pessoal	(757,5)	(608,8)	24,4	(225,5)	(156,6)	44,0
Gastos com administração	(6.685,0)	(6.626,0)	0,9	(1.742,2)	(1.715,8)	1,5
Materiais	(153,5)	(135,5)	13,3	(44,0)	(35,2)	25,0
Serviços de terceiros	(2.669,6)	(2.641,6)	1,1	(704,7)	(695,2)	1,4
Gastos com interconexão	(3.555,9)	(3.579,1)	(0,6)	(887,6)	(920,7)	(3,6)
Outros	(306,0)	(269,8)	13,4	(105,9)	(64,8)	63,5
Tributos	(404,2)	(246,5)	64,0	(101,7)	(68,1)	49,2
Provisões	(413,6)	(415,6)	(0,5)	(122,7)	(117,6)	4,4
Ganho (perda) com investimentos	1,0	(17,8)	n.a.	1,3	2,0	(37,1)
Outras receitas (despesas) operacionais	523,8	72,0	627,6	63,7	(17,5)	n.a.
Resultado antes da depreciação/amortização e receitas (despesas) financeiras - EBITDA	6.907,7	6.552,3	5,4	1.638,3	1.681,5	(2,6)
Depreciação e amortização do imob/diferido	(2.676,0)	(2.716,5)	(1,5)	(681,2)	(674,1)	1,1
Receitas financeiras operacionais	538,1	722,2	(25,5)	83,6	190,8	(56,2)
Despesas financeiras operacionais	(869,2)	(1.182,5)	(26,5)	(153,7)	(314,1)	(51,1)
Despesas financeiras - JSCP	(780,0)	(980,0)	(20,4)	(490,0)	(380,0)	28,9
Resultado operacional	3.120,6	2.395,5	30,3	397,0	504,1	(21,2)
Receitas (despesas) não operacionais	23,6	37,8	(37,5)	9,9	(3,0)	n.a.
Resultado antes da tributação	3.144,3	2.433,3	29,2	406,9	501,0	(18,8)
Imposto de renda	(812,8)	(638,9)	27,2	(126,3)	(151,1)	(16,4)
Contribuição social	(295,3)	(232,4)	27,1	(47,4)	(55,3)	(14,3)
Resultado antes da reversão de juros sobre capital próprio	2.036,2	1.561,9	30,4	233,2	294,7	(20,9)
Reversão de juros sobre capital próprio	780,0	980,0	(20,4)	490,0	380,0	28,9
Resultado líquido	2.816,2	2.541,9	10,8	723,2	674,7	7,2

Obs: Para melhor apresentação da Receita Operacional junto ao mercado e ao órgão regulador (ANATEL), a sociedade efetuou reclassificações nos valores apresentados em dezembro de 2005.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS (Consolidados)

Em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005

Dados não auditados (Milhões de reais)

ATIVO	Dezembro		
	2006	2005	% Var
<b>Ativo Circulante</b>	<b>4.679,1</b>	<b>4.166,3</b>	<b>12,3</b>
Disponibilidades	213,0	463,5	(54,0)
Caixa e bancos	39,9	39,0	2,2
Aplicações com liquidez imediata	173,2	424,5	(59,2)
Contas a receber de serviços	3.838,9	3.357,7	14,3
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(560,9)	(574,5)	(2,4)
Tributos diferidos e a recuperar	911,6	676,2	34,8
Empréstimos e aplicações financeiras	1,5	11,9	(87,7)
Materiais de estoque e manutenção	81,7	75,1	8,7
Adiantamentos e valores a recuperar	82,0	47,5	72,7
Créditos com empresas associadas	57,1	44,2	29,1
Outros ativos	54,1	64,7	(16,3)
<b>Ativo não circulante</b>	<b>13.466,8</b>	<b>13.593,4</b>	<b>(0,9)</b>
Realizável a longo prazo	1.267,4	903,2	40,3
Tributos diferidos e a recuperar	563,0	458,1	22,9
Empréstimos e aplicações financeiras	11,2	10,7	4,3
Depósitos judiciais	383,2	338,9	13,1
Créditos com empresas associadas	13,9	9,8	42,3
Recursos Capitalizáveis	200,0	0,0	n.a.
Outros ativos	96,0	85,6	12,1
Investimentos	241,7	253,6	(4,7)
Ágio	96,8	107,8	(10,2)
Outros Investimentos	144,9	145,7	(0,6)
Imobilizado Líquido	10.748,6	11.531,9	(6,8)
Intangível Líquido	902,9	826,1	9,3
Diferido	306,3	78,6	289,8
<b>Total do ativo</b>	<b>18.145,9</b>	<b>17.759,7</b>	<b>2,2</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo Circulante</b>	<b>6.261,6</b>	<b>4.484,8</b>	<b>39,6</b>
Empréstimos e financiamentos	314,0	225,0	39,6
Debêntures	1.514,5	21,7	6.865,2
Fornecedores	1.645,8	1.507,0	9,2
Consignações a favor de terceiros	169,8	182,6	(7,0)
Impostos, taxas e contribuições	956,4	847,6	12,8
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	653,2	903,4	(27,7)
Provisão para contingências	100,7	67,8	48,5
Pessoal, encargos e benefícios sociais	202,2	162,2	24,7
Perdas temporárias em operações de derivativos	316,3	294,3	7,5
Obrigações com empresas associadas	22,8	62,6	(63,6)
Outras obrigações	365,9	210,7	73,6
<b>Passivo não Circulante</b>	<b>1.274,2</b>	<b>3.070,7</b>	<b>(58,5)</b>
Exigível a longo prazo	1.256,7	3.053,2	(58,8)
Empréstimos e financiamentos	509,6	650,9	(21,7)
Debêntures	0,0	1.500,0	n.a.
Impostos, taxas e contribuições	46,0	308,1	(85,1)
Provisão para contingências	660,5	548,8	20,4
Obrigações com empresas associadas	2,7	13,4	(79,7)
Outras obrigações	36,3	30,4	19,4
Recursos Capitalizáveis	1,6	1,6	0,0
Resultado de Exercícios Futuros	17,5	17,5	0,0
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>10.610,1</b>	<b>10.204,2</b>	<b>4,0</b>
Capital social	6.575,2	5.978,1	10,0
Reservas de capital	2.669,7	2.687,0	(0,6)
Reservas de lucros	659,6	659,6	0,0
Lucros acumulados	705,6	879,6	(19,8)
<b>Total do passivo</b>	<b>18.145,9</b>	<b>17.759,7</b>	<b>2,2</b>

Obs: As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2005 e de 2006 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e adaptadas às Deliberações CVM nº488 e 489/2005 que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2006.

DADOS OPERACIONAIS (Consolidados)

		Análise Acumulada			Análise Trimestral		
		Dezembro/06	Dezembro/05	% Var	4T06	3T06	% Var
<b>Investimento (Econômico)</b>	<b>R\$ MM</b>	<b>1.721</b>	<b>1.673</b>	<b>2,9</b>	<b>708,9</b>	<b>444,4</b>	<b>59,5</b>
<b>Planta</b>							
Linhas instaladas (comutadas)		14.418.558	14.319.572	0,7	14.418.558	14.374.924	0,3
Linhas instaladas - ganho		98.986	88.729	11,6	43.634	11.505	279,3
Linhas em serviço		12.113.031	12.347.015	(1,9)	12.113.031	12.301.245	(1,5)
Residencial		9.068.641	9.228.968	(1,7)	9.068.641	9.237.224	(1,8)
Não residencial		1.745.727	1.425.558	22,5	1.745.727	1.745.120	0,0
Troncos <sup>1/</sup>		709.724	1.033.283	(31,3)	709.724	699.626	1,4
Linhas públicas		250.420	329.537	(24,0)	250.420	280.743	(10,8)
Uso próprio e teste		338.519	329.669	2,7	338.519	338.532	(0,0)
Linhas em serviço - ganho		(233.984)	(115.731)	n.a	(188.214)	(41.149)	n.a
Linhas em serviço média	(LSM)	12.319.467	12.415.759	(0,8)	12.238.246	12.327.850	(0,7)
ADSL		1.606.685	1.206.799	33,1	1.606.685	1.479.868	8,6
Digitalização	(%)	100,0	100,0	0,0 p.p.	100,0	100,0	0,0
<b>Tráfego</b>							
Local - Pulsos registrados	(pul 000)	28.347.965	31.839.569	(11,0)	6.521.191	6.883.203	(5,3)
Local - Pulsos excedentes	(pul 000)	19.155.320	21.832.713	(12,3)	4.382.658	4.642.315	(5,6)
Longa distância nacional <sup>2/</sup>	(min 000)	13.028.925	14.135.983	(7,8)	3.207.408	3.192.437	0,5
Longa distância internacional	(min 000)	94.667	104.944	(9,8)	23.714	22.954	3,3
<b>Tráfego mensal por LSM</b>							
Local	(pul)	192	214	(10,3)	178	186	(4,6)
LDN	(min)	88	95	(7,1)	87	86	1,2
LDI	(min)	0,6	0,7	(9,1)	0,6	0,6	4,1
<b>Outros</b>							
Empregados		8.215	7.770	5,7	8.215	8.206	0,1
Linhas em serviço por empregado <sup>3/</sup>		1.670	1.744	(4,3)	1.670	1.679	(0,6)
Receita Op. Líquida mensal por LSM	(R\$)	99,1	96,6	2,5	102,6	98,8	3,8
Densidade telefônica (por 100 habit.)		29,9 <sup>4/</sup>	30,9	(1,0) p.p.	29,9 <sup>4/</sup>	30,5	(0,6) p.p.

1/Inclui clientes RDS I.

2/Inclui tráfego intra-estadual e interestadual (fixo-fixo e fixo-móvel)

3/Dados referentes ao final de cada período. Inclui clientes ADS L.

4/População base para o cálculo: 40.512.798 (fonte IBGE - Dez/06)

## TARIFAS - SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA

### TARIFAS DE SERVIÇO LOCAL

(em reais - impostos inclusos)

Data	Habilitação	Assinatura mensal			Telefone Público		Pulso local
		Residencial	Não residencial	Tronco	Ficha Local	Crédito	
28/jun/02	76,6	26,6	40,0	40,0	0,081	0,081	0,103
30/jun/03	89,8	30,4	49,6	49,6	0,093	0,093	0,117
12/set/03	1/ 69,7	31,1	46,9	46,9	0,095	0,095	0,120
02/jul/04	64,2	33,5	50,4	50,4	0,102	0,102	0,129
01/set/04	73,1	34,5	54,4	54,4	0,105	0,105	0,133
01/nov/04	82,1	35,6	58,3	58,3	0,108	0,108	0,137
03/jul/05	2/ 88,0	38,1	62,5	62,5	0,117	0,117	0,147
14/jul/06	88,01	37,98	65,12	65,12	0,116	0,116	0,14672

### TARIFAS DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

(em reais - impostos inclusos, por minuto, horário normal, sem descontos)

Data	D1	D2	D3	D4
	(até 50km)	(50 a 100km)	(100 a 300km)	(acima 300km)
28/jun/02	0,108	0,173	0,237	0,347
30/jun/03	0,124	0,198	0,272	0,397
12/set/03	0,127	0,203	0,278	0,382
02/jul/04	0,133	0,213	0,292	0,400
01/set/04	0,144	0,230	0,316	0,397
01/nov/04	0,155	0,248	0,340	0,394
03/jul/05	0,155	0,248	0,340	0,414
20/jul/06	0,143	0,221	0,310	0,414

### TARIFAS DE INTERCONEXÃO

(em reais - impostos inclusos, por minuto, sem descontos)

Data	Fixo-Fixo		Fixo-Móvel		
	TU-RL	TU-RIU	VC-1	VC-2	VC-3
01/fev/02	0,050	0,091	0,498	1,037	1,180
08/fev/03	3/ 0,058	0,114	0,5687-0,6360	1,265	1,439
30/jun/03	0,052	0,102			
12/set/03			0,6085-0,6805	1,354	1,540
11/fev/04	0,047	0,106			
02/jul/04	0,049	0,112			
01/set/04	0,052	0,118			
01/nov/04			0,65714 - 0,73486		
12/jun/05	0,045	0,121			
03/jul/05	0,036	0,095 (*)			
01/jan/06				1,462	1,663
31/mar/06	0,035				
14/jul/06		0,10185(*)			
20/jul/06	0,028				
01/jan/07					

(\*) média dos 4 horários

1/ Habilitação foi reajustada em 04/10/2003.

2/ Alguns serviços têm tarifas diferenciadas na região da antiga CTBC, tais como habilitação (R\$71,59), assinaturas não residencial e tronco (R\$60,02), LDN (D1=R\$0,150, D2=R\$0,216, D3=R\$0,308 e D4=R\$0,459). Há diferentes tarifas na região da CETERP.

3/ A partir de 08/02/03 existem tarifas diferenciadas por setores de origem e destino conforme tabela autorizada pela Anatel.

Nota a) Em 08 de junho de 2005, por meio do Ato nº 50.895, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou o reajuste dos valores das chamadas destinadas ao Serviço Móvel Pessoal - SMP com variação de 7,99%, para a modalidade VC1, em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. O reajuste das chamadas VC1 entrou em vigor a partir do dia 12 de junho de 2005.

Nota b) De acordo com a renovação do Contrato de Concessão, as novas regras de interconexão vigentes à partir de 1º de janeiro de 2006 são como seguem: a tarifa de TU-RL está limitada a 50% do valor do minuto local; a tarifa TU-RIU está limitada a 30% dos valores correspondentes ao degrau 4, obedecida a modulação horária.

Nota c) Em 28 de março de 2006, por meio do Ato 57.109, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou o reajuste de 7,99% para as tarifas das chamadas de longa distância entre telefones fixos e telefones móveis (VC2 e VC3) em toda a área de concessão da TELESP, setores 31, 32 e 34 da Região III. O reajuste entrou em vigor a partir do dia 31 de março de 2006.

Nota d) Em 10 de julho de 2006 e 14 de julho de 2006, por meio dos Atos 59.517 e 59.665, a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL homologou os percentuais para o reajuste tarifário do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 14 de julho de 2006, para Local e a partir de 20 de julho de 2006 para Longa Distância Nacional.

Os incrementos médios das cestas de tarifas foram os seguintes: Local: -0,38%; Longa Distância: -2,73%.

Nota e) De acordo com a renovação do Contrato de Concessão, as novas regras de interconexão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2007 são como seguem: a tarifa de TU-RL está limitada a 40% do valor do minuto local.

## EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

(em milhares de reais)

Dezembro/06						
	Moeda	Taxa de juros	Vencimento	Curto prazo	Longo prazo	Total
Mediocrédito	US\$	1,75%	2014	6.777,0	41.798,0	48.575,0
Empréstimos Diversos em Moeda Estrangeira			Até 2009	306.208,0	467.820,0	774.028,0
Empréstimos em moeda nacional	R\$	130% do CDI	Em 2007	1.041,0	0,0	1.041,0
Debêntures	R\$	103,5% da taxa CDI	Até 2007	1.514.514,0	0,0	1.514.514,0
<b>Total</b>				<b>1.828.540,0</b>	<b>509.618,0</b>	<b>2.338.158,0</b>

## COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS DIVERSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

(em milhares de reais)

Dezembro 2006					
Consolidado	Moeda	Taxas de Juros	Principal	Juros	Saldo
Resolução 2770	JPY	0,2757% a 5,7801%	214.909,0	209,0	215.118,0
Resolução 2770	US\$	4,80%	267.561,0	22.140,0	289.701,0
Untied Loan - JBIC	JPY	Libor + 1,25%	267.178,0	2.031,0	269.209,0

## Cronograma consolidado de vencimentos de longo prazo

(em milhares de reais)

Dezembro 2006	
Ano	Valores
2008	385.191,0
2009	95.490,0
2010	6.431,0
A partir de 2011	22.506,0
<b>Total</b>	<b>509.618,0</b>

## AVISO LEGAL

O presente documento contém manifestações a respeito do futuro sobre intenções, expectativas ou previsões da Companhia ou de seu direcionamento à data de elaboração do mesmo, que se referem a diversos aspectos, e entre eles a base de clientes e a sua evolução, ao crescimento das distintas linhas de negócio e ao do negócio global, à participação de mercado, aos resultados da Companhia e aos demais diversos aspectos da atividade e situação da mesma. As previsões futuras neste documento podem ser identificadas em determinados casos, pela utilização de palavras como “expectativas”, “antecipação”, “propósito”, “crença”, e de uma linguagem similar ou sem negação, ou pela natureza futura das discussões sobre estratégia, planos ou intenções.

Tais intenções, expectativas ou previsões são afetadas, como tais, por riscos e incertezas que poderiam determinar o que venha a ocorrer na realidade, não se correspondam a elas e a Companhia não se obriga a revisá-las publicamente no caso de mudanças de estratégia ou de intenções ou acontecimentos não previstos que possam afetar às mesmas.

O exposto nesta declaração deve ser levado em conta por todas aquelas pessoas ou entidades que possam ter que decidir ou elaborar ou difundir opiniões relativas a valores emitidos pela Companhia e em particular, pelos analistas que utilizem este presente documento. Convida-se a todos para que consultem a documentação e a informação pública comunicada ou registrada pela Companhia ante as entidades de supervisão de mercados de valores mais relevantes e em particular, ante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Para mais informações contatar:

**Diretoria de Relações com Investidores**

Rua Martiniano de Carvalho, 851 - 17º. andar

01321-001 - São Paulo - Brasil

Tel.: +55 11 3549 7200 / 7201

Fax: +55 11 3549 7202

E-mail:

Daniel de Andrade Gomes

[dgomes@telefonica.com.br](mailto:dgomes@telefonica.com.br)

[ri.telefonicabr@telefonica.com.br](mailto:ri.telefonicabr@telefonica.com.br)

[www.telefonica.com.br](http://www.telefonica.com.br)